

Excelentíssima Senhora
Presidente do IAB,
Minhas colegas, meus colegas,
Ilustres convidados,

“Falar, **raramente**, está conforme a Natureza” já disse premonitoriamente o poeta e filósofo chinês, Lao Tsé. É tão forte a sentença que se lhe retirarmos as vírgulas, ainda assim persiste a idéia que a originou: “**Falar raramente** está conforme a Natureza”...

Este não pretende, por isso, ser um discurso laudatório. Nem muito menos um panegírico. Nem profundamente filosófico, nem também eivado de vaga erudição jurídica. Pretende ser uma peça de oratória sucinta até onde a abrangência do tema permita, para tranqüilidade dos que o ouvem e descanso de todo o Plenário quanto à duração de um discurso oficial. Mas nem por isso deixará de pretender ser um discurso incisivo e que nos remeta, ainda que de modo singelo e despretensioso, a madura reflexão quanto ao futuro das instituições jurídicas, se não mudarmos diametralmente o nosso comportamento entre os planos pré-socráticos dos diversos níveis nas relações entre indivíduo, estado, sociedade e meio ambiente.

Acredito que a oportunidade é única porque paira sobre esta Casa uma aura benfazeja de mudança e re-oxigenação das nossas mentes e atitudes, ocasionada pela eleição da primeira mulher a dirigir os nossos destinos, em cinqüenta e sete diretorias consecutivas, dentro desses cento e sessenta e três anos de existência do Instituto dos Advogados Brasileiros. Trata-se da advogada Maria Adélia Campello Rodrigues Pereira, militante diuturna desta douda Casa do pensamento jurídico brasileiro e que, por dez anos seguidos, ajudou a conduzir os nossos destinos, ocupando cargos de relevância nas cinco últimas dessas diretorias, desde 1996. Não é, portanto, por acaso que hoje ela preside os nossos trabalhos neste biênio. É extremamente grato e auspicioso verificar-se a ascensão das mulheres aos cargos de direção nos mais diversos setores da atividade humana, num resgate mais do que tardio dessa participação equânime com os homens. No plano do direito moderno, são imensas as conquistas contemporâneas nesse sentido, especialmente no direito civil, objeto da especialização profissional de nossa Presidente, com seus mais recentes estudos aprofundados, por exemplo, sobre “a união estável como entidade familiar”.

A partilha de poder na sociedade humana, porém, ainda deixa muito a desejar quanto à situação eqüitativa ideal, tendo em vista o predomínio quantitativo biológico em nossa espécie de indivíduos do sexo feminino sobre os do sexo masculino e a maior longevidade das mulheres. Tal descompasso se deveu, é claro, à formação chauvinista das nossas sociedades primitivas, redutoras a um plano subalterno daquela que a própria natureza se encarregou de destinar a nos suportar a todos, dentro de si, durante nove meses consecutivos de gestação e nutrição pelo próprio corpo. A nos gerar, nutrir e dirigir os nossos primeiros passos como indivíduos da espécie. Esta preterição é talvez o maior equívoco sócio-biológico entre as espécies viventes e que permitiu os desvios na trajetória da aventura humana que hoje tentamos desesperadamente corrigir. Estivesse a mulher à frente dos destinos da nossa Nave Planetária desde os primórdios do nosso processo evolutivo, iniciado há quatro milhões de anos, e esses destinos certamente seriam menos preocupantes dos que os que temos sido obrigados a suportar, entre guerras e exterminações de populações e etnias inteiras sem a mais mínima e maternal piedade.

Nem o planeta Gaia, tão carente de afagos e cuidados maternos, hoje como nunca, estaria padecendo do efeito estufa e do aquecimento global, a esta altura irreversíveis e catastróficos, até ao final do Século XXI, na visão premonitória e terrível do cientista inglês James Lovelock, caso a gestão da economia e do direito internacional estivessem estado em mãos femininas antepassadas desde o princípio dos tempos.

Por esse motivo invoquei os pré-socráticos, logo ao início desta fala. Porque coube a eles definir em planos filosóficos as relações interativas entre o *monos* individual, o *oikos* familiar e empresarial (donde o termo economia, de *oikos-nomia*), a política como administração da *polis*, a *physis* ou a biosfera, hoje presente na ação e na reflexão da preservação ambiental, e, finalmente, o *kosmos* antes do *kaos* que começamos a observar e tentar compreender, entre perplexos e extasiados, nessa trajetória impressionante do *sapiens*.

A importância da Teoria de Gaia e de uma nova economia já começa a gerar efeitos jamais imaginados no plano do direito público ou privado, com os novos contratos de crédito de seqüestro de

carbono, por exemplo, pagos pelas nações e empresas altamente poluidoras a projetos de reconstituição e preservação ambiental, em caráter global. O Protocolo de Kioto é, nesse sentido, a maior expressão de instrumento público de direito positivo, multilateral, de manifestação de vontade coletiva, a se ocupar dessa nova economia e seus jurídicos efeitos, jamais pactuado anteriormente com tantos e simultâneos atores e compromissos.

Há ainda a ressaltar o pensamento do filósofo contemporâneo inglês John Gray. Esse pensamento acentua o caráter ilusório daquilo que consideramos “progresso”. Acredita ele ser impossível à humanidade atingir os níveis de bem estar social nas populações das grandes nações em desenvolvimento, dentro do atual paradigma desenvolvido pela sociedade industrial. É que o esgotamento das fontes de recursos naturais e de energia por uma população mundial que beirará nove bilhões de almas nos próximos cinquenta anos, caso não haja nenhuma catástrofe, levará à nossa quase extinção. Esse pensamento de Gray coincide em muitos pontos com o de seu compatriota James Lovelock, já citado anteriormente.

Vale fazer referência, nesta oportunidade, também, ao prêmio Nobel de economia, o professor indiano Amartya Sen, referindo-se à necessidade absoluta de uma economia voltada primordialmente para a **ética**, naquilo que Norberto Bobbio chama de dissociação entre o progresso científico ou técnico e o progresso moral. Bobbio poderia ter resumido esse novo desafio em outro livro como o “Quale Socialismo?”, com o título “Quale Progresso?”. Sim, que tipo de progresso o direito, a ciência política, a engenharia, a medicina e a economia engendrarão nesse século?

Um novo direito e uma nova economia, certamente se avizinham Senhora Presidente, estabelecendo novas relações entre Estados e indivíduos e entre blocos de Estados. Novas e surpreendentes relações, nunca sequer suspeitadas há apenas algumas décadas, quando o modelo da Revolução Industrial ainda ditava suas normas aparentemente incontestáveis do desenvolvimento humano. Normas estas sem qualquer preocupação outra que não as de crescer e acumular para depois distribuir uma riqueza inconseqüente e potencialmente deletéria que não levava em conta o esgotamento dos recursos naturais e suas fontes telúricas. Um conceito de riqueza, acumulador e concentracionista,

enaltecedor do supérfluo e do nem sempre necessário à sobrevivência. É que na esgrima entre capital e trabalho e depois de atravessarmos dois conflitos mundiais, a Revolução Técnico-Científica abriu as portas para uma troca de conhecimentos e informação que subverteu completamente as previsões de quase todos os futurólogos, gerando a globalização da economia e a padronização mundial da cultura.

A questão do Novo Paradigma é fundamental para o desenvolvimento destas idéias, Senhora Presidente, senhoras e senhores membros desta Casa e ilustres convidados, pelo que me permito, neste instante, abrir um pequeno parêntese em face das críticas que venho tecendo diante da rigidez formal da doutrina pura de Hans Kelsen. É que o capitalismo emergente com a Revolução Técnico-Científica, em substituição ao capitalismo vigente na Revolução Industrial é de outra natureza e mais sofisticado em seu poder deletério. Há um novo príncipe midiático, por exemplo, a tanger uma sociedade atônita para os objetivos do lucro sem medida, escorado agora na ação sem controle judicial dos institutos de pesquisa de mercado. Inclusive do “*marketing político*”. É a ditadura da informação.

Quando Marshall Mac Luhan focalizou, nos anos sessenta, a questão dos “*mass media*” no conjunto de sua polêmica obra, não poderia imaginar que a revolução por ele preconizada assumiria as proporções (ou desproporções) constatadas na atualidade. Nem ele, nem George Orwell, com o seu premonitório “*1984*”. Nem muito menos Pavlov, com seu “*reflexo condicionado*”, a partir da salivação canina atrelada a um sinal sonoro. Ou Gutenberg, com sua primeira Bíblia impressa. Ou Montesquieu, com a tripartição dos poderes, como neutralização do absolutismo já amansado por Lord Cromwell e seu assembleísmo inglês.

Na verdade, essa revolução gerou o que poderíamos chamar de “*Estado Midiático*”, sutilmente interativo e quase onipotente, fora do controle da sociedade organizada e de seus mecanismos tradicionais de representação política, gerando novos príncipes maquiavélicos, manipuladores da opinião e do comportamento públicos, apenas visíveis em seus bastidores. O próprio sentido da *Res Publica* romana ou da própria República platônica, viu-se totalmente descaracterizado pela nova ordem midiática vigente. A coisa pública não mais pertence à sociedade, mas a uma estranha conjunção de forças invisíveis que transitam, via satélite ou cabo, intangível, à velocidade

do elétron, sem respeitar fusos ou quadrantes; coordenadas ou paralelas.

Forjaram-se comportamentos, costumes, hábitos e medos coletivos, inexplicáveis pelo bom senso e meramente induzidos pelas goelas ávidas de um mercado irracional e pantagruélico. Até mesmo o tradicional conceito de cultura vem se transmutando, a ponto de engendrar uma nova educação. Perplexo, um novo indivíduo, massa de manobra desse imenso complexo midiático e do novo paradigma da globalização e do marketing, oscila ao sabor da vontade do novo príncipe, substituto do Estado gramsciano.

Conformado, assim, ao bel-prazer dos ditames desse novo príncipe, age, reage e interage esse indivíduo com a mídia e com essa nova cultura, expressando comportamentos pré-moldados de difícil controle consciente, situados a um nível próximo ao inconsciente coletivo jungueano. Abandona valores já consolidados e formadores de certa moral até bem pouco tempo vigente e respeitada, parâmetro de convivência social e política, para mergulhar num torvelinho de ações fora do controle do arsenal legislativo da velha ordem. Bombardeado por um conjunto de forças vindas da imprensa escrita, do rádio e, muito especialmente da televisão, não dá conta de

digerir os comandos, previa, sutil e sub-repticiamente engatilhados e disparados em sua direção.

Nesse fogo cruzado de informação das mais variadas formas, cores e imagens, conteúdos pré-dimensionados e previamente aferidos por pesquisas de opinião, voam esses múltiplos e indecifráveis projéteis contra sua antiga alma, já agora sugada por essa hidra. Alma consumista e amedrontada, quase robotizada. Uma espécie de refém desses novos “*morlocks*” da “*Máquina do Tempo*” de H. G. Wells.

Transformado em espécie de *chip* de imensa engrenagem mercadológica, até mesmo sua organização em sociedade se complica, gerando um Estado cada vez mais débil e incapaz de regular essa nova ordem. Os três poderes tradicionais são tragados pelo quarto, surgido quase que imperceptivelmente dessa revolução ainda intangível pela política tradicional e seu ordenamento vigente.

Novos conceitos de moda, de arte, de comportamento social e público se estabelecem, derrogando antigas posturas e composturas. Éticas e etiquetas se desfazem e se refazem sob formas absurdas. A nudez e o sexo se banalizam. A violência e a dilaceração de corpos se misturam às horas das refeições. A privacidade vira matéria de difícil

obtenção e desfrute. Multiplicam-se os mega-eventos e os decibéis. Invadem-se os espaços públicos e privados com as chamadas “tribos”, gerando a insegurança do cidadão comum, sem acesso a qualquer forma de consulta prévia sobre a qualidade dessas mobilizações populares ou mesmo sua utilidade prática em prol de uma cidadania aparvalhada e encurralada.

Já a cultura atenta de nosso confrade Dilermando Cruz, filho do saudoso e também brilhante Elmano Cruz, nos sugere a citação de Niklas Luhmann, abaixo referido pelo professor português João Carlos Correia em seu trabalho *“Os Mass Media Entre o Sistema e o Mundo da Vida”*, produzido para a Universidade da Beira Interior: *“Com efeito, a sociedade é pura comunicação”*, diz o mestre luso, *“e só é possível acercar-se dela, mediante o estabelecimento de distinções. Por conseguinte os sistemas sociais são, antes de tudo, uma distinção que só surge através das operações de comunicação.”* E, citando explicitamente a conclusão contida no aparente exagero de Luhmann refere que: *“...a sociedade é somente composta de comunicações (e não de homens) e tudo o que não é comunicação pertence ao ambiente do sistema.”* E mais adiante:

“tudo o que existe e que se pode designar como social resulta de um mesmo tipo de acontecimento: a comunicação”, conclui Niklas Luhmann.

Na verdade, é mais do que uma nova ordem ou nova desordem. É uma nova ética para a qual devem ser convocadas as nossas inteligências a refletir

Tornam-se assim menos expressivas, Senhora Presidente, ilustres pares, as nossas preocupações profissionais do dia-a-dia, se levados em consideração esses dados - hegeliana e hierarquicamente mais significantes - do novo ordenamento jurídico global que passa a exigir do advogado uma nova postura diante da ética da profissão.

A ciência jurídica vem tentando acompanhar, com enorme esforço e dificuldade (quase impotente, muitas vezes) as mudanças nessas relações de planos pré-socráticos, ditadas por essas duas revoluções, manietada pela própria estrutura do nosso pensamento cartesiano, tão bem expressa por Rafael

Bielsa em seu esplêndido trabalho “*El Método Cartesiano En El Estudio Del Derecho*”.

Não há saída para o pensamento jurídico contemporâneo se não tivermos a coragem heróica de sair do casulo kelseniano e partir para a multidisciplinária. Este, Senhora Presidente, senhoras e senhores membros deste douto Colegiado, o nosso grande desafio neste século e milênio que vêm de vir à luz há apenas seis anos. Estamos pugnando não apenas pela compreensão da ingência de um *novo direito planetário*. Mas também pela interação desse *novo direito* com uma nova forma de pensar e repensar questões de natureza política e econômica, decisivas e determinantes da sobrevivência, não apenas dos indivíduos e do estado democrático de direito em suas relações políticas, em todos os contratos futuros, quer públicos quer privados, mas da própria vida em si, como um bem coletivo.

Acima de tudo, ou antes, primordialmente, hoje, está a própria sobrevivência das espécies e do Planeta. Essas as bases, os alicerces filosóficos desse *novo direito* preconizado e que, proponho, deverá pautar o nosso trabalho de reflexão intelectual nesta Casa daqui para o futuro. E essa nova

consciência aponta diretamente para a interdisciplinaridade em nossos estudos.

Como têm repisado modernos pensadores de várias disciplinas, capitaneados por Fritjof Capra, em seu conhecido *“O Ponto de Mutação”*, *“a economia”*, por exemplo, *“é suscetível de permanecer como disciplina apropriada para fins contábeis e várias análises de micro-áreas, mas seus métodos já não são adequados para exames de processos macroeconômicos. Um novo papel importante para a economia será o de estimar, tão precisamente quanto possível, os custos sociais e ambientais das atividades econômicas – em dinheiro, saúde ou segurança -, a fim de incorporá-los às contas de empresas privadas e públicas”*. Sem a interdisciplina corremos o risco de obstruir o caminho das próximas gerações apenas por nos apoiarmos nas nossas inabaláveis certezas. Gaston Bachelard, o maior dos epistemologistas, já nos adverte: *“Toda luz projeta sombra em algum lugar”*. Não sejamos, portanto, Senhora Presidente, minhas colegas, meus colegas, senhoras e senhores, onipotentes a ponto de jamais recorrermos à revisão de nossos conceitos. E quanto mais calcificados esses conceitos e aparentemente indefectíveis, mais ingente se faz essa revisão.

Como se vê, não apenas o direito se transmuta com a emergência dessa nova ordem planetária. Também o pensamento econômico e a produção científico-tecnológica a ela tentam se adaptar desesperadamente, com a velocidade requerida. E essa velocidade, com a evolução ímpar das comunicações e de uma cultura cibernética globalizada, vem se processando de modo quase esquizofrênico e quase inalcançável pelos métodos tradicionais de aprendizado e apropriação intelectual. Tentar acompanhar essa velocidade é talvez o desafio maior da Academia neste início de milênio e a esse desafio também não se pode e não se deve furtar esta Casa, concentradora do que há de melhor na produção intelectual de nossa profissão.

“O crescimento econômico, tecnológico e institucional indiferenciado”, continua Capra, “ainda é visto pela maioria dos economistas como o sinal de uma economia saudável, embora esteja causando hoje desastres ecológicos, crimes empresariais generalizados, desintegração social e uma probabilidade sempre crescente de guerra nuclear”, conclui o mestre. Este vaticínio não é terrorismo cultural. É puro realismo pragmático. O próprio terrorismo dos homens-bomba - acredita-se - já

significa por si só um sintoma da imensa patologia coletiva a contaminar o Planeta, pelo que contém de desespero e falta de opção para uma enorme parcela do mundo muçulmano, estimado hoje em um bilhão e meio de almas.

E como se comporta a ciência jurídica, tanto interna como internacionalmente, diante de quadro tão devastador da ordem econômica, social e biológica? Da maneira mais conservadora e contemplativa possível, regida pelos mesmos cânones kelsenianos desde o princípio do século passado que geraram a “*Teoria Pura do Direito*”! Ainda mais depois das transformações ocorridas nos últimos trinta anos no Leste Europeu que puseram fim à utopia do socialismo real, acabando com a chamada correlação de forças hegemônicas entre esquerda e direita. Entre a visão maniqueísta de capital versus trabalho. É cruel e espasmódica a situação do capitalismo keynesiano, solitário e devastador, em nossos dias. Nada, absolutamente nada, a ele se contrapôs, depois dessas transformações, em termos de opção de mudança, esta é a pura verdade.

Por outro lado, o sonho revolucionário também ruiu ante o espectro nuclear e as emergências

planetárias geradas pela ação destruidora do homem sobre o meio-ambiente. Estiveram corretos e coerentes os que abandonaram a luta revolucionária e abraçaram a causa ecológica, em nosso País. Anteviram o futuro que chegava. De idêntica forma se comportaram as lideranças dos anos sessenta na Europa, embaladas pelo mesmo princípio autocrítico. O fato é que a geração dos nossos “*enfants terribles*”, já fez essa autocrítica. A geração que a eles sucedeu é a geração do caos e da imolação. Dos grandes atentados e dos suicidas em massa. Os mecanismos judiciais internacionais se encontram em xeque e impotentes diante de tal realidade bastante clara aos nossos olhos.

E, para agravar ainda mais todo esse quadro, as goelas insaciáveis do complexo industrial-militar dos países produtores de armamentos derramam seus artefatos pelo mundo a fora sem qualquer possibilidade de controle.

Há cumulativamente a nos preocupar, além do inchaço demográfico, a inflação inconseqüente do espaço urbano e da ocupação desordenada das megalópoles, sem uma preocupação mais determinada por parte dos legisladores, quanto à questão emergente da “*cidade sustentável*”. O Estatuto

das Cidades, por exemplo, editado no Brasil, pelo governo passado, ainda que uma iniciativa saudável, não passa de mero “*wishful thinking*” se não considerar as enormes e explosivas discrepâncias sociais com que convivem as massas dentro da perversa distribuição de renda, educação e oportunidades de trabalho em países emergentes como o nosso. Forma-se, assim, um imenso *lumpenproletariat* que se desenvolve em progressão geométrica e incontrolável, paralelamente ao fenômeno midiático sem controle e inalcançável pelos mecanismos jurisdicionais convencionais.

Mas o que fez a maior parte dos nossos políticos, legisladores e juristas diante desse quadro assustador? Escarneceu da realidade e hoje se comporta como espectadora privilegiada e inconseqüente de um desastre anunciado e provocado pela própria omissão. Não repensou as instituições nem a República, à luz dessa nova realidade urbana e planetária, deixando escapar a oportunidade histórica inusitada do esgotamento do Estado Tecnocrático-Militar de 1964 a 1984 e da falência do socialismo real já referida. Conformou-se, no Brasil, com um processo constituinte viciado e manipulado pelos grandes interesses de uma Assembléia Constituinte congressional em 1986, não exercendo o poder constituinte

originário e exclusivo, separado da legislatura, e hoje o Estado brasileiro se tornou praticamente ingovernável.

Há uma tímida política ambiental, uma canhestra política econômica e uma atrasada concepção do social, minoradas com a Constituição de 1988, é verdade. Mas as grandes reformas, especialmente a ampla e urgentíssima reforma política do Estado Brasileiro, não se processam com a urgência requerida, pela inconsistência de uma representação parlamentar corrupta e impune, sem visão abrangente e cada vez mais comprometida com interesses escusos e menores. E cada vez mais comprometedora do pouco que resta de esperança na democracia, o que é terrível.

A chamada Comissão Affonso Arinos criada nos anos oitenta para servir de base preparatória à Assembléia Constituinte congressional de 86, redatora da Carta de 88, uma vez esgotado o estado autoritário perdeu a oportunidade histórica ímpar de apresentar ao País um modelo eficaz de reforma do Estado e submete-lo à vontade do Poder Constituinte Originário. Embora a nossa Constituição atual tenha evoluído muito em relação às anteriores, especialmente à de 67 com sua famigerada emenda de 69, o fato de não ter sido obra de uma Assembléia

Nacional Constituinte Exclusiva, submeteu-a a pressão de fortes *lobbies* corporativistas dentro do próprio Congresso Constituinte de 86.

Como bem repara o nosso confrade e mestre em direito por Harvard, o advogado Gabriel Lacerda, *"Uma das tomadas de posição dos advogados diante dessa nova realidade consecutória da multi-disciplinariedade é a aceitação humilde que textos legais ou constitucionais nada resolvem. Mas o Estado e os textos normativos que o governam teriam de ter se adaptado a essa realidade e não o fizeram"*. Afinal, como diria jocosamente o genial Fernando Pessoa: "Livros são papéis pintados com tinta... em que está indistinta a distinção entre nada e coisa nenhuma...". Claro que aí se leva em conta a *realidade anterior* de Hegel que norteia os textos constitucionais. Mas a história nos cobra ao futuro, sempre, as omissões imperdoáveis. E em moeda bem mais forte!

Como resultado dessa situação perversa na origem da confecção da atual Carta Magna brasileira, houve necessidade premente de implementação legislativa posterior de uma série de reformas que deveriam ter sido imediatas. O fato é

que, na dinâmica própria das legislaturas subseqüentes, ao longo destes últimos vinte anos, a sociedade civil tem se visto órfã dessas reformas **indispensáveis** a garantir o funcionamento, com um mínimo de eficiência, do Estado e de suas instituições republicanas. Há que se fazer alusão também às teorias inconseqüentes do “*Estado Mínimo*”, engendradas no coração da excrescência neoliberal, a sugar o que resta do *Estado de Bem Estar Social* e da generosidade do socialismo.

Boris Mirkine-Guétzevich, em seu estudo sobre as constituições comparadas da Europa, nos anos cinqüenta, já nos advertia que “o direito constitucional comparado não é separável da ciência política. Mas o que é ciência política? Aqueles que vêem dentro da vida constitucional apenas o jogo das regras jurídicas, aqueles que só vêem no direito constitucional o aspecto jurídico, negam a existência dessa ciência política. É claro que o desconhecimento das regras jurídicas é bem perigoso; não menos perigosos, entretanto, são os abusos, os excessos do direito. Alguns podem estudar os regimes políticos do ponto de vista do direito unicamente. Mas pode-se e deve-se entendê-los sob o plano da ciência política, à qual o mundo anglo-saxão reserva um lugar de honra; é a ciência do Governo, baseada não mais na análise

jurídica, mas na observação do funcionamento das instituições.”

Mais adiante, no mesmo trabalho, o mestre russo exilado na França e que foi, nos anos cinqüenta, deão da Faculdade de Direito e Ciências Políticas da Escola Livre de Altos Estudos de Nova Iorque e professor de Direito Público e Comparado no Instituto de Altos Estudos Internacionais da Universidade de Paris conclui da maneira seguinte: “O jurista vê, sobretudo, a tecnicidade, as regras, sua natureza normativa, seu encadeamento lógico; o historiador, por seu lado, procura descobrir o papel dos homens, dos grupos, das sociedades. Somente a ciência política pode conciliar um com o outro, e só ela pode criar uma síntese realista. A lógica jurídica não é suficiente para compreender a função política das instituições. Para compreender esse funcionamento, o jurista, tanto quanto o historiador, deve apelar para a ciência política”.

Como, portanto, admitir que a sugestão da Constituinte Exclusiva para reformar o sistema político carcomido e corrupto que inviabiliza o funcionamento do estado brasileiro seja descartada de plano pelos juristas que assim se têm manifestado? Será que a “lógica jurídica” a que se refere Mirkine-Guétzévitch deve suplantar o clamor da sociedade

indignada e usurpada por uma representação aviltada e corrupta? A “lógica jurídica” não pode conspirar contra o Estado Democrático de Direito. Já tivemos essa experiência com os “atos institucionais” da ditadura militar que tiveram o patrocínio servil de um bom número desse tipo de “juristas” que se curvam às guirlandas e aos brocados processuais para justificar o anti-histórico e o ignominioso. A sociedade brasileira está enojada tanto de uns quanto de outros. Basta ler a manifestação das cartas dos leitores dos jornais para se ter uma idéia do que ela pensa sobre a atuação de ambos os grupos: os políticos corruptos e impunes e os juristas servis a essa “lógica jurídica” ilógica.

Enquanto nos ativermos a essa visão kelseniana de antolhos, de costas para a interdisciplina, o Direito não estará a serviço da sociedade e sim das oligarquias, dos feudos e das quadrilhas que saqueiam o Erário impunemente. O conceito de poder constituinte originário está estritamente vinculado ao exercício constitucional da soberania popular e não pode ser confundido, em situações-limite como as que estamos vivendo nesta legislatura, com o poder constituinte e soberano que vem sendo usurpado por um legislativo totalmente desmoralizado e contaminado pela corrupção provada e comprovada de uma expressiva parcela de seus representantes.

Por isso a sociedade tem de contar cada vez mais com essa espécie circulação colateral da representação popular - como previu o já citado Norberto Bobbio em seu “*O Futuro da Democracia*” - que são as agremiações e organizações não governamentais e de classe, como é o caso deste Instituto de altos estudos jurídicos. De nós depende a virada do timão. Temos de apresentar soluções multidisciplinares à sociedade para o terrível quadro aqui apresentado e fazer verberarem as nossas ações, senhora Presidente, senhoras e senhores, advogadas e advogados, membros desta sesquicentenária Casa. É o nosso desafio e é a nossa grande oportunidade.

Os ciclos de debates, palestras e seminários sobre grandes temas brasileiros já vêm se processando com êxito no Centro Cultural e neste Plenário. Vêm ganhando, progressivamente, significativo impulso nas gestões dos últimos ex-presidentes, Ricardo Pereira Lira, Benedito Calheiros Bonfim, Hermann Baeta, João Luiz Pinaud, Marcello Cerqueira, Ivan Alckmin e Celso Soares. Dão bem a medida da preocupação dos membros desta Casa com o papel que a História nos impõe e reserva. Mas bem podem se estender ao panorama internacional e ambiental com maior freqüência e profundidade.

Por outro lado, a última Diretoria desta Casa, também deixou o embrião da abertura do IAB para o financiamento externo, como já ocorre em diversas instituições congêneres, pelo mundo a fora, indispensável para suportar as despesas com essas expectativas de nossa atuação intelectual conseqüente e aprofundada.

Contamos todos nós, os membros desta Casa, na oportunidade em que comemoramos o centésimo sexagésimo terceiro aniversário do Instituto dos Advogados Brasileiros, com a intuição feminina de Vossa Excelência, na direção dos nossos destinos, Senhora Presidente Maria Adélia Campello, e com o empenho de todos os membros da sua Diretoria e desse douto Plenário, para que cheguemos a bom porto. Mais ainda, diante dos grandes desafios que esse novo Século nos reserva. E que de nós está a exigir atitudes concretas como pensadores do Direito e críticos permanentes das instituições jurídicas e políticas por dever de ofício.

Era o que tinha a dizer em tão representativa oportunidade, na qualidade de orador oficial do IAB, pensando ter, assim, razoavelmente,

representado a maioria do pensamento e das mais nobres tradições desta Casa desde Pedro II.

Muito obrigado!

*(Discurso proferido pelo advogado
Nelson Paes Leme, orador oficial,
no Plenário do IAB em 16.08.2006).*